

21.06.2024

**Diretor**  
Filipe Alves  
**Subdiretores**  
Lígia Simões,  
Nuno Vinha  
e Ricardo Santos  
Ferreira

# Especial

## Doing Business Angola

Caderno publicado  
como suplemento  
do Jornal Económico  
nº 2255. Não pode  
ser vendido  
separadamente.



# Angola na via do crescimento e da diversificação

■ A segunda edição do Doing Business Angola, promovido pela Forbes África Lusófona e pelo Jornal Económico, juntou mais de 350 pessoas no hotel Ritz, em Lisboa. Saiba tudo sobre este evento onde se falou do futuro de Angola, da diversificação da economia e da importância do Corredor do Lobito e do novo aeroporto de Luanda.

**Existe vida para lá do petróleo. O caminho da diversificação e o papel que Portugal pode desempenhar**

Debate ■ P.02-03

**Novo aeroporto de Luanda e Corredor do Lobito prometem transformar a economia angolana**

Infraestruturas ■ P.06-09

**Ricardo Viegas d'Abreu, ministro dos Transportes de Angola**  
“Portugal será parceiro privilegiado na diversificação da economia”

Entrevista ■ P.04-05



**Empresário angolano Jaime Freitas foi a personalidade distinguida na edição deste ano do DBA**

Distinção ■ P.20

## Editorial

## Os laços que nos unem



Filipe Alves

Diretor do JE e Publisher da M9

Se há conclusão a retirar da segunda edição do Doing Business Angola, conferência promovida esta semana pela Forbes África Lusófona e pelo Jornal Económico (JE), é que os laços que unem Portugal e Angola vão muito além das frases de circunstância, dos alinhamentos geopolíticos ou dos projetos das grandes empresas dos dois países. Os laços que unem portugueses e angolanos vão também além da existência de uma língua ou de uma tradição jurídica partilhada pelos dois países. São laços que assentam nas vivências das pessoas comuns no plano profissional, na família e nos afetos. Não se constroem por decreto, nem desaparecem devido à política das grandes potências. Simplesmente existem, pois na verdade os portugueses e os angolanos não são estrangeiros entre si. E, tal como referiu o embaixador António Martins da Cruz durante o debate, Angola é o único país da Lusofonia com o qual Portugal tem uma ligação desta natureza. Nem com o Brasil, que Machado de Assis em tempos descreveu como o “prolongamento ósseo” de Portugal, esses laços são tão fortes e entranhados no dia-a-dia das populações.

Dito isto, o Governo de Lisboa pode e deve fazer muito mais para incentivar os laços económicos entre os dois países, nomeadamente apoiando o investimento luso em Angola (com linhas de crédito e garantias para o efeito) e criando condições para que os investidores angolanos possam ter em Portugal a sua porta de entrada na Europa e no mundo ocidental. Porquê deixar que os Emirados desempenhem esse papel?

Do lado da Media Nove e dos meios do nosso grupo - Jornal Económico, Forbes Portugal, Forbes África Lusófona, Novo e Económico Madeira - tudo faremos para que os laços que unem os nossos dois países e os outros Estados da Lusofonia continuem a existir para além das frases feitas dos discursos oficiais, procurando fazer jornalismo de qualidade e potenciar espaços de encontro e reflexão como o Doing Business Angola. Esse é o nosso compromisso.



## Há mais vida para além do petróleo em Angola. Portugal deve apoiar investimento

**Economia** ■ Existem oportunidades para as empresas portuguesas em Angola para além do sector petrolífero, mas Lisboa deve passar aos atos e acelerar apoios financeiros de investimentos no terreno.

**André Cabrita-Mendes**  
amendesl@medianove.com

“Angola continua a ser um país de oportunidades económicas para além do petróleo” como nos sectores da agroindústria, turismo, indústria farmacêutica”. É esta a visão do embaixador de Portugal em Angola, Francisco Alegre Duarte, sobre as possibilidades que se abrem para companhias lusas no país lusófono.

O diplomata considera mesmo que “Angola é um mercado estrutural para as empresas portuguesas. Portugal exporta dois mil milhões de euros para Angola. Temos 1.250 empresas portuguesas e luso-angolanas. A construção cria dezenas de

milhares de empregos diretos e indiretos”, afirmou o embaixador no painel Outlook: perspetivas económicas Angola 2024 no evento Doing Business Angola, organizado pelo Jornal Eco-

**Portugal exporta dois mil milhões de euros para Angola. Existem 1.250 empresas lusas e luso-angolanas no país lusófono. Há oportunidades nos sectores da agroindústria, turismo e indústria farmacêutica.**

nómico e pela Forbes África Lusófona, que teve lugar esta semana em Lisboa.

No painel, houve quem defendesse que Portugal tem de passar das palavras aos atos e aumentar o apoio ao investimento em Angola, como têm feito os EUA.

“Temos este discurso, e bem, de ver o mundo lusófono e Angola como parceiros estratégicos importantíssimos, mas temos de por dinheiro atrás destes programas, está na altura de sermos pragmáticos. É óbvio que não somos os EUA, não temos triliões de dólares para por num programa de fomento. Temos de ter a perspetiva de irmos para Angola para construir uma posição num mercado futuro de grande potencial”, disse João

Francisco Alegre Duarte  
Embaixador de Portugal em AngolaJoão Afonso Fialho  
Sócio da VdA - Vieira de AlmeidaJoão Traça  
Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal AngolaAntónio Martins da Cruz  
Consultor, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador

Afonso Fialho, sócio da Vieira de Almeida.

E defendeu a importância de um projeto: “é preciso que Angola faça parte do esforço de construção de uma cadeia de abastecimento alternativa. Os projetos no corredor do Lobito são absolutamente críticos”, apontando que a China controla 80% do mercado mundial de minerais críticos.

Já o líder da Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA) defendeu que Portugal “deve criar mecanismos para

permitir investimento com outras características. Os financiamentos estão direcionados para o sector das obras públicas. Não devemos direccionar para a agricultura, a indústria? Se queremos diversificação, o financiamento tem que ir para diferentes tipos de investimento”.

João Traça sublinhou que as empresas portuguesas não lideram no sector petrolífero, mas no resto da economia estão presentes. “têm uma enorme capacidade de colaborar com empresas angolanas. E têm uma capacidade de conseguirem ter uma visão de presença em Angola de longo prazo. A diversificação da economia de Angola acaba por acontecer com empresas portuguesas”.

O embaixador de Portugal também elencou os desafios enfrentados pelas companhias lusas: “a previsibilidade de pagamentos, a segurança jurídica, a estabilidade cambial, o acesso a divisas”, e defendeu que é “preciso arriscar e apostar em Angola”.

“Há uma grande confiança em Angola, uma aposta de longo prazo, que permite ganhar escala e compensar os ciclos económicos na Europa e em Portugal, uma aposta fundamental no processo de internacionalização”, disse Francisco Alegre Duarte.

Por sua vez, o embaixador António Martins da Cruz destacou que a “guerra fria 2.0” está a fazer sofrer África e Angola.

“Por pressão dos EUA, e por decisão dos países europeus, estamos a impor cada vez mais sanções unilaterais tendo em vista as guerras da Ucrânia e de Gaza. Estamos a transformar cada vez mais a economia numa arma de guerra, o que afeta o comércio internacional”, causando “disrupções na energia, no preço do crude, sujeito a questões geopolíticas, o que afeta o caso de Angola”, afirmou o antigo diplomata.

## “Angola é hoje um país aberto ao exterior”

**IDE** ■ A atração de investimento estrangeiro continua a ser uma das prioridades do Governo angolano, contando com um pacote de incentivos, estabilidade governativa e um potencial difícil de igualar.

**João Barros**  
jbarros@medianove.com

**A** pesar do progresso das últimas décadas, Angola continua a precisar de captar investimento direto estrangeiro (IDE) para potenciar as muitas áreas em que o país pretende afirmar-se até 2050, como os sectores agroalimentar e farmacêutico, contando para tal com os empresários portugueses. O know-how português e a proximidade histórica e cultural são uma vantagem para ambos os países e que contribuirão para as próximas fases de desenvolvimento económico no gigante austral.

Arlindo Chagas Rangel, presidente da AIPEX – Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola, aproveitou a conferência ‘Doing Business Angola 2024’ organizada em conjunto pelo JE e Forbes África Lusófona para destacar os fatores que tornam o país africano um atrativo destino para o IDE português e europeu, desde a dimensão do mercado e da sua força laboral à segurança e estabilidade governativa. Ainda assim, “há muito mais para explorar”, pelo que vários projetos serão determinantes para a afirmação da economia angolana no panorama continental.

“Angola é hoje um país aberto ao exterior. Estamos disponíveis e abertos para receber investidores e turistas. Recentemente, isentamos 98 países de vistos, incluindo Portugal. [...] Somos um país politicamente estável, com uma força de trabalho jovem e um exemplo de sustentabilidade no sector energético”, começou por referir. Por outro lado, um “processo contínuo de reformas legislativas” tem levado à melhoria do ambiente de negócios, um dos aspetos que o país tem procurado fortalecer.

Em particular, o representante da AIPEX apontou às alterações à lei do investimento privado, que “hoje se apresenta como um pacote competitivo de atração de inves-

tidores”, bem como o pacote de incentivos fiscais e aduaneiros disponíveis para os empresários que decidam investir no país. Estes visam reduções “de 20% a 25% das taxas de imposto por dois a 15 anos, de acordo com o tipo de projeto e localização”, explicou, destacando o potencial de Angola como porta de entrada para o mercado dos países da SADC.

### Novas infraestruturas são fundamentais para o crescimento

Por sua vez, o fundador do grupo Media Nove, N’Gunu Tiny, afirmou na abertura do evento que em poucos anos o PIB angolano passou de 14 mil milhões de dólares para os mais de 70 mil milhões de dólares atuais, destacando que as novas infraestruturas de transportes poderão ajudar a economia a crescer ainda mais.

“O Corredor do Lobito e o novo aeroporto de Luanda colocam Angola numa nova era de crescimento mas o acesso aos mercados é um grande desafio do país”, defendeu. N’Gunu Tiny considera que “não é excessivo dizer que um bom ambiente de negócios interessa a todos para o crescimento económico e social. Aqui estamos para a partilha de soluções comuns”.



**Arlindo Chagas Rangel**  
Presidente da AIPEX



**N’Gunu Tiny**  
Fundador da Media Nove

## “Investimento privado português deve ter expressão no Corredor do Lobito”

**Transportes** ■ Ministro dos Transportes de Angola convidou as empresas portuguesas a investir na super-estrutura que deverá mudar o perfil sócio-económico do país.



**Ricardo Viegas d’Abreu**  
Ministro dos Transportes de Angola

**José Carlos Lourinho**  
jlourinho@medianove.com

Ricardo Viegas d’Abreu, ministro dos Transportes de Angola, defendeu esta terça-feira que as relações comerciais entre Angola e Portugal deve ter como suporte o investimento privado português no país africano, com possível expressão no Corredor do Lobito.

“As relações entre Angola e Portugal deviam ser suportadas no investimento privado português em Angola por exemplo no Corredor do Lobito, é algo que se pode discutir na próxima visita do Governo de Portugal a Luanda. Temos trinta anos de história neste percurso empresarial com Portugal”, destacou este governante. Sobre o sector dos transportes, o governante considerou que o mesmo “pode ajudar à diversificação da economia. Chegámos em 2019 e reabilitamos as estruturas destruídas pela guerra: portos, barragens, etc. Fizemos esse diagnóstico e quisemos garantir a capacidade de apoiar a economia doméstica e o grande desafio que é a mobilidade urbana potenciada pelo crescimento demográfico”.

“O projeto do Corredor do Lobito aproveita essa dinâmica porque integramos essa estrutura no contexto da economia global, atraindo os grandes players internacionais por via das concessões: diversificámos as fontes de receita para o Orçamento Geral do Estado: 380 milhões de dólares de prémios de concessão e mais de 1500 milhões de euros de investimentos por parte dos concessionários”, reve-

lou. Defendeu o ministro que “todo este processo chama a atenção na comunidade internacional e entra nos holofotes internacionais para a transição energética e a segurança alimentar. Fruto dos acordos assinados, temos o Corredor de Desenvolvimento Económico do Lobito, um corredor tão estratégico com componentes tão competitivas, alterando a geoestratégia regional”. “Temos esta agenda internacional muito forte com a ligação para a Zâmbia, mas não queremos só que seja extractivo, queremos um corredor que promova indústria e aí o sector privado joga um papel fundamental. Todos os intervenientes privados podem recorrer a mecanismos de financiamento para investimentos no corredor”, sublinhou Ricardo Viegas d’Abreu. O ministro dos Transportes de Angola enalteceu o objetivo do Executivo no sentido de transformar Angola num hub “que seja importante para a região e para diversificar a economia angolana”.



Assista à conferência no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)



Assista à intervenção no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)



VITOR MACHADO

■ O ministro dos Transportes de Angola, Ricardo Viegas d'Abreu, encerrou a conferência com um desafio a Portugal e aos seus empresários para que façam parte do maior desafio das próximas décadas para o país africano: a diversificação da economia através das novas infraestruturas de transportes como o Corredor do Lobito e o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto.

## “Portugal será parceiro privilegiado na diversificação da economia”

**Dírcia Lopes**  
e **José Carlos Lourinho**  
dircia.lopes@forbespt.com

Portugal pode ter um papel-chave a desempenhar no desenvolvimento da economia angolana, especialmente no cumprimento do objetivo da diversificação, afirmou o ministro dos Transportes de Angola, Ricardo Viegas d'Abreu, que encerrou a conferência “Doing Business Angola 2024”, uma organização

conjunta do Jornal Económico e da Forbes África Lusófona. O sector dos transportes foi especialmente focado neste evento. O potencial de superestruturas como o Aeroporto Internacional de Luanda e do Corredor do Lobito foi apresentado a investidores, empresários e gestores e foi objeto de debate. Em entrevista, defendeu que os dois países continuam uma “relação estratégica muito importante” e que Portugal pode ter um “papel-

chave no suporte àquilo que possa ser a dinâmica da diversificação de Angola”.

### Que balanço faz do “Doing Business Angola 2024”?

Penso que foi um dia muito positivo e muito educativo também. Obviamente, temos aqui preocupações comuns, quer a nível do Governo angolano, quer a nível, obviamente, do sector privado português que quer investir em Angola. Continua-

mos a ter uma relação estratégica muito importante e Portugal acaba por ter, também pelas razões históricas e linguísticas, um papel-chave no suporte àquilo que possa ser a dinâmica da diversificação de Angola. Temos aí um bom caminho para podermos acelerar estas relações, eventualmente num formato diferente, com outro potencial e, obviamente, com capacidade para poder dar resposta àquilo que são os nossos

desafios como o da diversificação.

### O sector dos transportes tem uma enorme preponderância na diversificação da economia angolana.

Estamos muito entusiasmados com aquilo que estamos a fazer quer do ponto de vista das dimensões dos projetos como o Corredor do Lobito e o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto, temos o corredor sul tam-



texto económico. É muito importante para todos que possamos garantir essa sustentabilidade e os empresários portugueses podem ajudar.

#### **Este será o ano em que arrancam as operações no novo aeroporto?**

Embora o processo concursal esteja em curso e já em fase muito avançada, iremos ativar o aeroporto ainda este último trimestre de 2024. O operador definitivo deverá entrar no novo aeroporto tão logo se conclua todas as partes relacionadas com o processo de contratação. Portanto, vamos ativá-lo com o nosso operador temporário, que está em funções e que já garantiu a operacionalização do lado de carga. Vamos fazê-lo ainda no último trimestre de 2024.

#### **Mas tem atraído a atenção dos operadores.**

O conjunto de reformas que o sector dos transportes desenvolveu nos últimos anos tem conseguido garantir a atração dos grandes players globais do sector dos transportes e logística. Conseguimos despertar o interesse dos grandes operadores internacionais de transportes e logística para Angola. Seja no domínio marítimo e portuário, seja no contexto aeroportuário e aeronáutico. Isso está a ser uma mais valia, porque acabamos por estar a conseguir materializar a ideia de posicionarmos Angola no contexto internacional do comércio.

#### **Falou-se muito do segmento ferroviário e aéreo, mas o marítimo também é aposta. O que é que está a ser feito?**

Para além de estarmos a conseguir garantir a integração da nossa economia e das nossas infraestruturas no contexto do comércio internacional e do transporte de carga, estamos a conseguir também desenvolver aquilo que diz respeito ao sector marítimo doméstico, principalmente os projetos de cabotagem. Portanto, a cabotagem doméstica é um segmento muito importante para a dinamização também da economia. E isso já está a acontecer, particularmente na área norte do nosso país, com o projeto de cabotagem Norte onde operamos, Luanda, Sul e Cabinda, e que está a ter um impacto muito significativo para as comunidades da província de Cabinda.

bém; assim como outras iniciativas de outros sectores muito importantes para concretizarmos a diversificação da economia angolana.

#### **Nessa mudança que tanto se falou nesta edição do "Doing Business Angola", que papel cabe a Portugal e aos seus empresários tendo em conta o contexto histórico dos dois países?**

Portugal é um parceiro histórico e estratégico, conhece bem a realidade de Angola, tem experiência in loco e muito importante para a nossa economia também. Devemos continuar de mãos dadas e devemos potenciar essas relações.

#### **Podemos dizer que Portugal pode ser um parceiro privilegiado em toda esta mudança?**

Portugal pode ser um parceiro privilegiado porque o país já está exposto a esta realidade de Angola há muito tempo. A diversificação da economia angolana não é uma necessidade só do Governo mas sim da nossa relação bilateral, do nosso con-

## Angola: Aposta nas grandes infraestruturas para alavancar a diversificação da economia



**José Miguel Oliveira**

Sócio da área de Oil&Gas e responsável pela prática de Shipping

Em 1977, o Economist descrevia a situação económica holandesa como paradoxal. Por um lado, as descobertas de gás natural no Mar do Norte precipitaram exponencialmente as exportações deste recurso e acabaram por levar à valorização da moeda. Por outro, com a valorização da moeda, o preço dos produtos holandeses no mercado externo deixou de ser competitivo e as importações ficaram mais baratas; consequentemente, o ritmo da produção nacional diminuiu, o investimento privado entrou em retração, a indústria nacional em declínio, o desemprego cresceu.

Se a nível do mercado externo a situação era saudável, a nível interno a economia estava doente, sem indústria, nem alternativas no horizonte. Este paradoxo ficou conhecido como "Dutch Disease".

Tal como a Holanda, a excessiva dependência de Angola das suas receitas petrolíferas foi travão ao desenvolvimento dos sectores primário e secundário, deficitários há décadas face às necessidades do país, tornando Angola altamente dependente de importações.

A alteração deste paradigma passa, segundo o FMI, pela promoção de um crescimento que se pretende diversificado, resiliente e inclusivo. Não se estranha, pois, que esta seja a mensagem que o Executivo angolano insiste em passar junto dos investidores.

Mas não basta enfatizar algo para que as coisas aconteçam, nem se muda um paradigma de décadas de um dia para o outro. É preciso realizar reformas estruturais, assegurar a es-

tabilidade macroeconómica, a sustentabilidade orçamental e da dívida pública, melhorar o funcionamento do mercado cambial, tudo passos que o Executivo angolano tem vindo gradualmente a adotar.

Para além disto, é preciso atrair o sector privado e apostar em projetos estruturantes para o desenvolvimento do país, capazes de promover todo o seu potencial.

A este respeito, há dois projetos que hoje se destacam: o novo Aeroporto Internacional de Luanda e o Corredor do Lobito que, pelo potencial que lhes está associado, desde logo por promoverem Angola como porta de entrada para o espaço da SADC, podem servir de alavanca de crescimento e diversificação da economia doméstica e de plataforma impulsora dos sectores primário e secundário, os mais carenciados.

Projetos desta dimensão não se desenvolvem sem iniciativa privada, nem sem acesso a financiamento, desde logo externo. Mais uma vez, o projeto do Corredor do Lobito é disso um bom exemplo: a Concessionária da linha do caminho de ferro é detida por investidores privados internacionais, entre os quais a portuguesa Mota Engil, tendo este projeto já garantido financiamentos associados dos EUA (€1,2MM), Itália (€320M) e da UE (€45M). As oportunidades existem, e os fundos também.

Angola tem hoje um quadro legal de proteção e promoção ao investimento estrangeiro que oferece incentivos e garantias alinhadas com as melhores práticas internacionais, seja no que respeita à proibição de expropriações, transferência de capitais, circulação de bens, e o respeito pelos acordos e tratados bilaterais e multilaterais. No que a isto diz respeito, não é pois de estranhar que no dia 18, dia da realização do Doing Business Angola em Lisboa, tenha sido aprovado o Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável entre a República de Angola e a União Europeia, que conforma uma clara mensagem da importância que Angola tem para a sustentabilidade e crescimento da UE. E que papel é que Portugal pode ter? Para além dos laços históricos e culturais que nos unem e distinguem, Portugal está numa posição única no contexto Europeu, não só pela capacidade e know-how que detém nos sectores de aposta do Executivo Angolano (infraestruturas, agricultura, pescas, turismo, rochas ornamentais, educação, inovação), como é o único país da UE que tem um acordo proteção de investimento e uma convenção para eliminar a dupla tributação em matéria de impostos com Angola.

Se isto não chegar para as empresas portuguesas, parece ser suficiente para empresas estrangeiras que já estão a olhar para Portugal como porta de entrada em Angola.

# Novo aeroporto de Luanda quer revolucionar acesso a África

■ O novo aeroporto da capital angolana já iniciou a atividade e vai começar a operar os primeiros voos de passageiros em outubro e a ambição é para que revolucione o transporte e a economia, não só no país, mas na região. “Vai haver uma Angola antes e outra Angola depois do novo aeroporto”, afirma o coordenador do gabinete operacional da infraestrutura.

**Sita Sebastião e Paulo Marmé**  
sta.sebastiao@forbesafricalusofo-

A cerca de quatro meses do novo aeroporto internacional de Luanda entrar em serviço (13 de outubro), Paulo Nóbrega, coordenador da Gabinete Operacional do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (GONAIL), garante que tudo estará a postos, não ignorando a tarefa logística complexa e gigantesca que implicará fechar às 00:00h de dia 12 de outubro o Aeroporto “4 de Fevereiro” e ter a nova infraestrutura aberta às 00:01, a quilómetros de distância, envolvendo 200 camiões a transportar material de um lado para o outro.

Contudo, olhando para lá do imediato e da azáfama dos últimos meses para ter o aeroporto Dr. Agostinho Neto operacional com “um serviço que seja também de cinco estrelas”, Paulo Nóbrega não tem dúvidas a projetar que “vai haver uma Angola antes do aeroporto e uma Angola depois do aeroporto”.

A partir do dia 13 de outubro o novo aeroporto internacional de Luanda Dr. Agostinho Neto começará a operar os primeiros voos de passageiros.

Terá um volume de tráfego cinco vezes superior ao do Aeroporto 4 de Fevereiro, que continuará a operar para voos especiais, fretados e



**Miguel Carneiro**  
Administrador  
da TAAG



**Juvenal Coque**  
Diretor-geral  
da DHL Angola



**Paulo Nóbrega**  
Coordenador  
do GONAIL

de carga, além de servir como alternativa em caso de eventuais estrangulamentos no novo aeroporto.

O projecto do aeroporto envolve um total de 27 taxiways, com uma extensão de 28.981 metros. As plataformas de estacionamento (aprons) destinadas ao estacionamento de aviões em posição remota somam 13 aprons, com uma área total de 522.281 metros quadrados.

Durante a construção do aeroporto, foram criados dois mil postos de trabalho. Na fase de operação, serão mantidos 1200 empregos diretos e 260 técnicos especializados na operação de equipamentos específicos.

Com o início das operações, o Aeroporto Internacional Dr. Agostinho Neto promete revolucionar o tráfego aéreo em Angola, oferecendo infraestruturas modernas e acessos facilitados para passageiros e cargas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento económico da região.

Paulo Nóbrega, que falou no painel sobre como potenciar esta super-estrutura na conferência “Doing Business Angola 2024”, organizado pela Forbes África Lusófona e Jornal Económico, sublinha que o impacto do aeroporto na economia do país será tremendo, com as repercussões a fazerem-se sentir em todos os sectores, incluindo no primário: “Terá impacto na agri-



**Painel no DBA2024 sobre como potenciar a super-estrutura que é o aeroporto internacional de Luanda**

cultura, pesca, marisco. Tudo o que for produzido pode ser exportado” para mais mercados. “Temos de juntar à volta do aeroporto tudo o que se faz bem [em Angola]”, aponta.

Paulo Nóbrega, coordenador da Gabinete Operacional do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (GONAIL)

O Coordenador do GONAIL frisa, neste contexto, que as acessibilidades, quer rodoviárias, quer ferroviárias que estão a ser ultimadas, irão garantir fluidez ao aeroporto. “Demorar uma hora ou uma hora

e meia a chegar a um aeroporto num qualquer local do globo é algo normal”, diz Paulo Nóbrega, desvalorizando a quase meia centena de quilómetros de distância do novo aeroporto.

Nóbrega afirma que também haverá “oportunidades de investimento em torno do aeroporto”, existindo “amplos terrenos disponíveis para entidades que precisem de terrenos para desempenhar a sua atividade de apoio à infraestrutura aeroportuária, como uma DHL e empresas concorrentes, como aquelas que fazem manutenção de aeronaves”.

“O Estado angolano investiu no aeroporto não para ser ressarcido, mas para dinamizar a economia angolana”, enfatiza Paulo Nóbrega.

O coordenador do GONAIL deu o exemplo dos helicópteros, cuja manutenção e pintura, é reali-



zada em Paris e a nova infraestrutura de Luanda permite que passe a poder ser feita em Angola.

Este responsável lembra que o novo aeroporto de Luanda estará a ser utilizado por 15 milhões de passageiros dentro de 10 anos, num cenário conservador “que, para mim, se concretizará mais cedo”. E com isso “abre-se um vasto leque de oportunidades para se investir em hotéis, edifícios de escritório e restaurantes. Teremos ali 15 milhões de pessoas a passar todos os anos, com as necessidades inerentes a esse movimento”, insiste.

#### Angola como plataforma de entrada no mercado africano

Miguel Carneiro, administrador não-executivo da TAAG, subscreve a opinião de que o novo aeroporto de Luanda terá um efeito transformador não apenas para o país, mas para a região.

No plano da própria TAAG, a expectativa da empresa é duplicar de 1,7 milhões de passageiros para 3,2 milhões de passageiros com o novo aeroporto.

Orador no mesmo painel, Miguel Carneiro deu a saber que a TAAG está também a preparar-se para esta nova era trazida pelo aeroporto, tendo um “processo de transformação em curso que passa pela renovação da frota, com aviões de última geração numa lógica de interconectividade com toda a região”.

“Teremos Airbus para fazer ligações regionais, abrir novas rotas e evitar que alguém que tenha de ir para Abidjan [Costa do Marfim] tenha de fazer escala em Paris, por exemplo”, anunciou o responsável da companhia aérea angolana.

Miguel Carneiro assume que a TAAG quer tirar proveito do contexto regional, lançando para cima

da discussão dois números que atestam a posição geográfica estratégica de Angola e como isso lhe confere um potencial económico de relevo: numa lógica transfronteiriça, Angola pode abranger 450 milhões de habitantes e se alargarmos o raio a três horas de ligação aérea temos mil milhões de pessoas.

“A partir de Angola temos acesso aos mercados vizinhos e nesta plataforma chamada Angola podemos domiciliar empresas e negócios”, afirma.

Esta é uma “oportunidade equivalente à oportunidade que ocorreu no século XIX na América, com infra-estruturas várias que dão abertura à lusofonia, é certo, mas também dão uma oportunidade de penetrarmos em mercados para lá da lusofonia e que têm uma grande demanda”.

“A lógica do mercado angolano

não é um mercado de destino, mas uma plataforma de entrada para o mercado africano”, diz Miguel Carneiro.

Acenando a investidores, Miguel Carneiro diz que em Angola há sectores de atividade e negócios com bons níveis de crescimento (“deverá haver poucos negócios na Europa com crescimentos de dois dígitos), estimulando os investidores a apresentar propostas: “O grande desafio não é a disponibilidade de ter dinheiro; é ter projetos. Os bons projetos atraem capital e são bancáveis, seja no contexto da lusofonia ou noutra. A TAAG transporta, por exemplo, 25 toneladas do Brasil para a África do Sul todos os dias. E há oportunidades em Angola; porque não produzir em Angola e distribuir via Angola?”.

Enquanto responsável da companhia aérea de Angola, insiste que “há dinheiro em Angola e estamos

em Angola, nós TAAG, as entidades governamentais, os responsáveis do novo aeroporto, como atores para ajudar nesse processo. Desafiem-nos a ajudar-vos! Estamos na fase de fazer acontecer”. Miguel Carneiro frisa que “é possível toda a panóplia de produtos ser feita em Angola. As oportunidades estão em Angola, as infraestruturas estão lá”.

#### Colocar aviões ao serviço das exportações

Juvenal Coque, diretor-geral da DHL Angola, presente também no painel “Como potenciar esta superestrutura (aeroporto internacional de Luanda)”, anunciou que “a empresa está a terminar protocolos para fazer investimentos e um centro logístico no aeroporto, com capacidade de 20 toneladas/mês para satisfazer a procura”.

“Promover a exportação é um desafio, como empresa multinacional que somos. Em Angola, queremos promover as PME a exportar os seus produtos. Vamos identificar e formar empresas para as capacitar a fazerem exportações. Acreditamos que Angola tem essa capacidade: incentivar a exportação dos pequenos empresários, garantido a DHL a credibilidade e fiabilidade do transporte”.

“Queremos promover as PME a exportar os seus produtos”, afirma Juvenal Coque.

Coque considera como áreas mais apetecíveis para a exportação de produtos angolanos a agricultura: “Com este novo aeroporto, podemos exportar flores (que exportamos para o Quênia) e frutos tropicais – temos condições para isso, com empresas como a DHL a colocar aviões ao serviço dessas exportações”.

Para o responsável da DHL Angola é importante “esquecer um pouco o petróleo e olhar para as flores e frutas. E na DHL Angola queremos ter mais tráfego do que a África do Sul”.



Assista a este painel no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

# Área alimentar é oportunidade para operadores do Porto do Lobito

**Porto de mar** ■ “É uma oportunidade clara para nós. Grande parte dos nossos clientes vêm dessa área”, disse Cátia Fernandes, diretora jurídica da AGL Angola, concessionária de dois terminais do Porto do Lobito.

**Nuno Vinha**

nvinha@medianove.com

A diretora jurídica da AGL Angola, concessionária de dois dos terminais do Porto do Lobito, considera que os investimentos em curso no país na área alimentar constituem “uma oportunidade clara” para a empresa, que tem grande parte dos seus clientes precisamente nesse sector.

“É uma oportunidade clara para nós. Grande parte dos nossos clientes estacionados no terminal claramente vêm da indústria agrícola. A área alimentar é importante? Sim, sem dúvida. E deve ser uma aposta”, disse Cátia Fernandes no decorrer do Doing Business Angola 2024, que se realizou no passado dia 18 em Lisboa, com organização da Forbes África Lusófona e do Jornal Económico.

A AGL Angola, explicou Cátia Fernandes, é composta por dois terminais: o terminal de carga geral e o terminal de contentores. Foi concessionada através de um processo de concurso público, aberto em janeiro de 2003. “Tal e qual como o Francisco disse também a nossa negociação foi uma tarefa hercúlea. Foi feita em tempo recorde e o concurso foi lançado em janeiro”, afirmou.

A adjudicação da concessão foi feita em setembro, com a assinatura do contrato a ocorrer no dia 11 de dezembro de 2023. “A AGL começou a operar no dia 4 de março de 2024”, concluiu.

O presidente do conselho de Administração da Lobito Atlantic Railway – que tem a concessão da linha ferroviária até à RDC e um terminal minereiro no Porto – Francisco Franca disse que, pelo seu lado, a LAR “tem um terminal de uso privativo, que não vem isolado da relação que temos com a CFB (Caminhos de Ferro de Benguela) no âmbito da concessão que celebramos”. “É um projeto integrado que inclui não só a linha



férrea da CFB, mas também o terminal de uso privativo, com um contrato próprio celebrado com o Porto do Lobito”.

Mas apesar de trabalharem a partir do mesmo portos, em terminais próximos, Cátia Fernandes rejeita a ideia de que a LAR e a AGL Angola sejam concorrentes. São mais “parceiros estratégicos” que até podem vir a aprofundar as relações comerciais. “Não somos concorrentes. Gosto de dizer que somos parceiros estratégicos. Fazemos parte do Porto tal como a LAR, somos dois dos sete terminais que existem no Porto do Lobito e somos, sem dúvida, parceiros estratégicos. Como atualmente a LAR ainda não iniciou as operações no ter-

mineral, é no nosso terminal se faz, por exemplo, a estufagem dos contentores para serem exportados. Mas no dia em que comecem a operacionalizar haverá oportunidade, decerto, de encermos relações comerciais para outras atividades”, disse a diretora da AGL.

## A proximidade do Porto de Lobito com... o Porto de Sines

Francisco Franca também apontou a “ligação natural” do Porto do Lobito ao Porto de Sines. E para a exportação de um metal em particular, o cobre. “O Porto do Lobito está no lado Atlântico. [Em África] Há dois ou três portos principais do lado do Índico. E a nossa obrigação é trazer os minérios e tudo aquilo que temos de exportar, não só no nosso terminal minereiro, mas também a exportação do cobre. A ligação a Portugal é uma ligação natural. A ligação ao Porto de Sines vai ser uma ligação natural. No dia em que tivermos de exportar cobre para os Estados Unidos ou para outros portos, provavelmente faremos uma ligação a Sines.

Também presente no painel sobre a importância do Corredor do Lobito estava o presidente do conselho de administração da

Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola (ARCCLA). Um regulador do sector que tem trabalho acrescido no novo contexto do Corredor do Lobito e uma missão clara.

“Estamos a falar de logística e quando se fala de logística é sempre importante dizer que toda a atividade precisa de regulação. É preciso criar normas para realizar essa atividade. É assim que nasce a ARCCLA. A Agência vem não só para regular e supervisionar a atividade logística, mas também para dinamizar essa rede, ou seja, dinamizar o processo logística em Angola”, disse Catarina Fontes Pereira.

E essa dinamização do processo logístico passa, fundamentalmente, pela criação da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, “bem como o desenvolvimento dos corredores sustentáveis, ou seja, os corredores logísticos”, salientou. Além de ter o caminho de ferro, o Corredor do Lobito tem outras infraestruturas que agregam valor a esse corredor. “O papel da ARCCLA é, assim, ser o elo de facilitação ou o elo de ligação para que toda a atividade que é realizada, ligada a parte da logística, tenha um ente. Esse ente é a ARCCLA”.



**Catarino Fontes Pereira**  
Presidente da ARCCLA



**Francisco Franca**  
Presidente da Lobito Atlantic Railway



**Cátia Fernandes**  
Secretária-geral da AGL Angola



**Nuno Frota**  
Diretor Jurídico da Lobito Atlantic Railway



Assista a este painel no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

# Corredor do Lobito coloca Angola com “potencial para ser a locomotiva” da África Austral

**Visão 2050** ■ O ambicioso plano de investimentos angolano conta com o contributo determinante do Corredor do Lobito, que fará de Angola a ligação entre uma das regiões com mais potencial de desenvolvimento até 2050 e o resto do mundo, a SADC.

João Barros  
jbarros@medianove.com

Angola tem vindo a afirmar-se no contexto regional nas últimas décadas, mas os investimentos no Corredor do Lobito têm um potencial transformador que não pode ser desperdiçado, permitindo aproveitar outras vantagens comparativas do país como a sua força de trabalho jovem e riqueza de recursos. Há ainda muitos desafios a superar e aspetos a melhorar, reconhece o líder da EY em Portugal e Angola, realidades para as quais esta ligação ferroviária será chave.

A importância angolana no contexto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem crescido inegavelmente nas últimas duas décadas, passando de 4% do PIB total do bloco económico em 2000 para 13% em 2022, liderando em termos de crescimento médio do PIB e do PIB per capita neste período. Ao mesmo tempo, e apesar de ser o maior exportador da região, as vendas ao exterior baseiam-se sobretudo em petróleo e apenas 2,3% para as economias vizinhas.

É esta margem de crescimento que torna os investimentos no

Corredor do Lobito fundamentais, potenciando o país como “a locomotiva da região”, projetou Miguel Farinha, managing partner da EY Portugal, Angola e Moçambique, na sua intervenção na conferência Doing Business Angola. Ao “permitir exportar para todos os países da comunidade [SADC]”, a economia angolana afirmar-se-á como o elemento fundamental na ligação de uma das zonas do planeta com maior potencial de desenvolvimento nos próximos 30 anos com o mundo.

Há, ainda assim, “muito mais a ser feito”, reconhece o líder da EY: desde a estrada litoral aos aeroportos e infraestruturas portuárias, o plano de investimentos até 2050 é ambicioso, sobretudo se colocado numa perspetiva histórica.

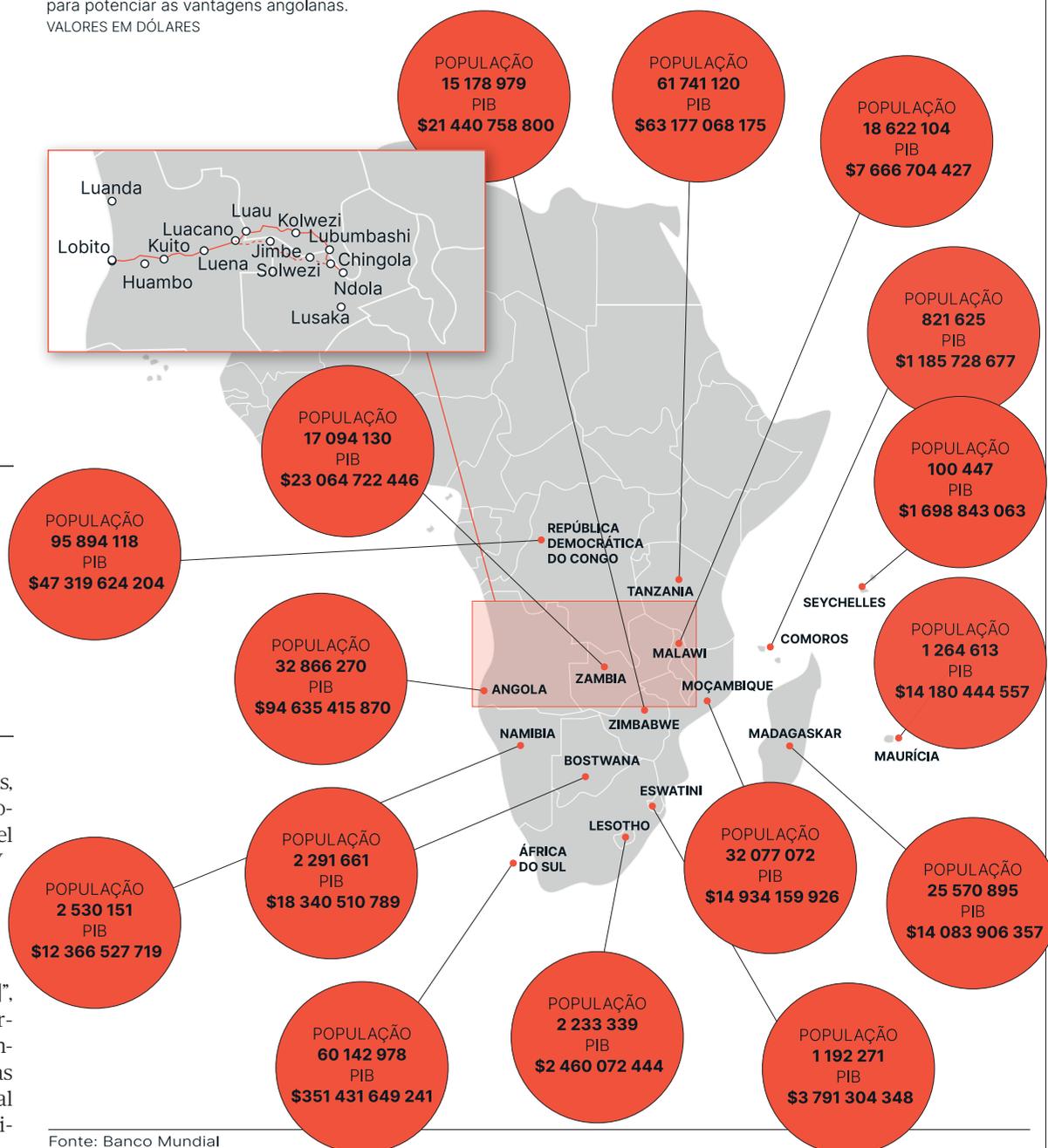
São 948 mil milhões de dólares a investir neste horizonte, o que perfaz entre 33 a 34 mil milhões por ano – desde 2006, o máximo de formação bruta de capital fixo na economia angolana foi de 32 mil milhões de dólares, em 2014. O papel dos privados será, portanto, indispensável.

Acresce a isto que o país continua, apesar das melhorias na última década, no fundo do ranking no que respeita a várias dimensões da competitividade

## A NOVA LIGAÇÃO DA SADC COM O MUNDO

O potencial transformador do Corredor do Lobito não se limita à economia angolana, estendendo-se a toda a região da África Austral e reforçando a importância do gigante lusófono no panorama regional. O plano de investimentos é desafiante, mas crítico para potenciar as vantagens angolanas.

VALORES EM DÓLARES



Fonte: Banco Mundial

internacional, sobretudo na ótica da atração de capital.

O sistema financeiro continua a ser um entrave para as pequenas e médias empresas e o capital humano necessita de investimento para potenciar a juventude da força de trabalho, isto num país onde 75% da popu-



**Miguel Farinha**  
Managing partner da EY Portugal, Angola e Moçambique

lação tem menos de 25 anos, uma das principais vantagens comparativas da economia angolana. A inovação, educação, saúde e robustez institucional continuam a ser pontos fracos, sendo que o plano de desenvolvimento de longo-prazo coloca como objetivo ficar entre as 80 melhores economias do mundo nestes aspetos até 2050.

“O crescimento preciso para isso acontecer é gigante. O único indicador onde está acima da média é na dimensão do mercado, que é endógeno”, argumenta Miguel Farinha.

“É preciso mudar este paradigma e perceber o potencial gigante de Angola se afirmar em África”, continua o líder da EY, identificando como principais motores

do crescimento nos próximos anos a quantidade de talento jovem no país, o sistema de incentivos fiscais, a segurança e os baixos custos para começar um negócio, além da visão estratégica de longo-prazo.



Assista à intervenção no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

**Arlindo das Chagas Rangel** ■ O PCA da AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola traça a estratégia para atrair “mais e melhores” investimentos para Angola. Em entrevista exclusiva ao Jornal Económico e Forbes África Lusófona vinca o empenho em atrair investimento para sectores não-petrolíferos, reconhece a necessidade de melhorar procedimentos e relações com investidores e aponta a digitalização e a simplificação de processos como prioridades para melhorar o ambiente de negócios.

## “Investidores devem olhar para Angola como porta para a África Austral Atlântica”

**Nilza Rodrigues e Francisco de Andrade**  
nilza.rodrigues@forbesot.com

**Tendo assumido recentemente o cargo, que avaliação faz da AIPEX?**

Encontrei uma organização com um enorme potencial para atrair investimentos para Angola e que já havia iniciado um processo de modernização. No entanto, identifiquei áreas que necessitam de desenvolvimento, como a agilização dos procedimentos, o fortalecimento e aprofundamento das relações com os investidores e a garantia da sustentabilidade da agência.

Estamos muito empenhados em melhorar esses aspectos e já começamos a ver resultados positivos da nova dinâmica introduzida. Recentemente, temos registado um volume significativo de intenções de investimento no país, o que é um sinal encorajador de que estamos no caminho certo para tornar a AIPEX num dos instrumentos para o desenvolvimento económico do país, em linha com as orientações estratégicas do Governo angolano.

**A AIPEX foi criada para ser a principal porta de entrada para o investimento no país. No entanto, temos observado que alguns investimentos não passam pela agência. Como vê esta situação?**

Em primeiro lugar, importa referir que não existe obrigatoriedade de registo do projeto de investimento na AIPEX e Angola garante aos investidores estrangeiros os mesmos direitos que aos investidores nacionais, mesmo sem o registo dos seus projetos. A AIPEX é, no entanto, a instituição do Estado que vê o investidor como um parceiro e é também a única que pode atribuir incentivos ao investimento privado no país. A não obrigatoriedade é um dos passos mais importantes para garantirmos a transparência dos processos e a agilidade dos investimentos, assegurando que todos os investidores sintam confiança em utilizar os nossos serviços.

Ainda assim, o volume de investimento acompanhado pela AIPEX é significativo, o que mostra que a instituição atingiu um nível de reconhecimento interno e exter-

no que é muito relevante. De qualquer modo, um dos nossos objectivos estratégicos, como referi, é o fortalecimento e aprofundamento das relações com os investidores, precisamente para afirmar a AIPEX como a porta de entrada do investimento estrangeiro, mas também da promoção de exportações.

**A diversificação da economia angolana é um objetivo central do Governo. Que papel a AIPEX desempenha neste processo e quais são as estratégias específicas para atrair investimento?**

É sabido que a economia angolana tem uma dependência histórica do sector petrolífero. A AIPEX tem no seu mandato a promoção dos sectores não-petrolíferos, como tal desempenha um papel crucial na diversificação da economia angolana. Estamos, juntamente com a tutela de cada sector, a desenvolver estratégias específicas para atrair investimentos em sectores como agricultura, pescas, indústria e turismo, entre outros. Estas estratégias incluem a promoção dire-



**Estamos a definir e a executar um programa de formação interno, no âmbito da reformulação da cultura organizacional, focada na relação com os investidores e orientada para a prestação de um serviço de excelência”**

cionada para captação de investimentos âncora e conta para isso com incentivos fiscais atractivos, a capacidade de articulação institucional para processos de licenciamento ou processos de visto.

Através da atuação conjugada em diversos domínios e com diferentes mecanismos iremos mostrar que Angola tem muito para oferecer além do petróleo. A nossa economia apresenta muitas oportunidades, em diversas áreas, pelo que há que as dar a conhecer ao mundo.





**Que medidas está a AIPEX a desenvolver para fortalecer a relação com os investidores e assegurar a sua confiança?**

A qualidade dos serviços prestados e a capacidade da AIPEX de resolver os constrangimentos dos investidores são o fundamental para assegurar a confiança dos investidores. Para isso, estamos numa fase de simplificação e automação dos processos, melhorando assim a celeridade de resposta.

Temos trabalhado também na articulação institucional e na

interoperabilidade das entidades do Estado e temos mantido a estratégia de marcar presença em eventos relevantes fora do país, para levar a cada vez mais investidores uma mensagem muito simples: vale a pena investir em Angola.

**A digitalização e a simplificação dos processos são mencionadas como fundamentais para melhorar o ambiente de negócios. Quais são as iniciativas da AIPEX neste sentido e quais os**

**resultados esperados?**

A AIPEX já possui a Janela Única do Investidor, uma plataforma digital que permite aos investidores acompanhar o progresso de seus investimentos em tempo real. Mas estamos ainda longe de termos uma plataforma que responda a todas as necessidades do investidor e o desenvolvimento irá continuar até garantirmos que esse instrumento seja um portal 100% self-service para todos os processos ligados ao investimento privado e aos sectores de cada projecto.

**Os números recentes da AIPEX indicam uma fraca capacidade de atrair investimentos e uma dificuldade ainda maior em direccionar investimentos para fora de Luanda. Existe alguma estratégia para mudar este panorama?**

A verdade é que temos mantido os níveis de investimento e, em 2022, voltámos a volumes de investimento pré-pandemia. Mas também é verdade que a maioria desse investimento é interno, portanto, proveniente de capitais angolanos ou de empresários estrangeiros que já reinvestiram no país parte dos seus lucros em moeda nacional. Estamos conscientes de que esta situação não é a ideal para a nossa balança comercial e estamos a trabalhar no sentido de estar mais bem preparados para atrair esse investimento direto estrangeiro. Esse será um dos grandes objectivos desta nova fase da vida da AIPEX.

Quanto a Luanda ser a principal localização dos projectos, é um cenário recorrente em todos os países em que a capital seja o mercado mais apetecível. No entanto, o Executivo tem vindo a fazer investimentos em infra-estruturas logísticas estratégicas, como aeroportos, portos, infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias de forma a alavancar a nossa localização geográfica e conectar Angola ao mercado regional e global.

Isto irá certamente descentralizar os investimentos e criar novos pólos de desenvolvimento no país. Estamos confiantes de que esta estratégia trará bons resultados, traduzidos no fortalecimento do investimento em todo o país.

**Considerando o atual cenário económico global e as suas**

**implicações para Angola, quais são os sectores que a AIPEX identifica como prioritários?**

Angola tem como principal objectivo atingir a sua segurança alimentar e diminuir em vários sectores a dependência das importações em produtos da indústria alimentar, indústria farmacêutica e outras indústrias de bens de consumo. Estes são domínios muito relevantes para a nossa economia.

Mas existe a capacidade de ser competitivo e repetir a história de sucesso do sector petrolífero, que já tem mais de 40 anos, noutros sectores. Por exemplo, Angola é um exemplo de modernidade no sector da energia, em particular das renováveis, onde além das múltiplas intenções de investimento temos hoje 66% da energia produzida de fontes renováveis.

Os investidores devem olhar para Angola como a porta de entrada para a África Austral Atlântica, que hoje tem 172 milhões de habitantes, mas em 2050 estima-se que terá 355 milhões. Não existem hoje no mundo, muitos mercados com tal expansão e atratividade, por isso os investidores têm hoje oportunidades de ser os first movers em muitos sectores.

**Dada a importância das parcerias público-privadas (PPP) no desenvolvimento de infraestruturas e serviços essenciais, quais são as prioridades da AIPEX neste domínio e que novos projectos estão a ser considerados?**

As PPP e as concessões são da responsabilidade de cada tutela e serão mais usuais para o desenvolvimento de infraestruturas em Angola. A AIPEX tem a responsabilidade de promover projetos em sectores como energia, transporte, saneamento, etc; e assim encontrar parceiros para investir e operacionalizar esses projectos, com uma partilha de risco com o Estado.

Existem vários projetos em fase avançada de negociação e outros tantos que brevemente estarão disponíveis para análise dos investidores privados devido ao seu potencial de retorno. Naturalmente, a AIPEX irá também divulgar externamente as PPP que venham a ser lançadas pelo Governo, dado que constituem oportunidades de investimento interessantes.

**O seu antecessor iniciou um trabalho de aproximação com as províncias, especialmente com os governos locais, visando facilitar a interacção e melhorar o ambiente para os investidores. Pretende continuar com este trabalho? Como avalia as iniciativas realizadas até agora?**

iSim, claro. Estamos em contacto constante com algumas das províncias e estamos focados em fortalecer essas parcerias, facilitando a comunicação e a cooperação entre a AIPEX e os governos provinciais. As iniciativas realizadas até agora têm sido positivas e têm ajudado a construir uma base sólida para o investimento nas províncias.

**A AIPEX está incluída no plano 2024-2027 do sector da indústria e do comércio. Já foram realizados encontros de alinhamento? Quais foram os principais pontos acordados?**

A AIPEX e os demais departamentos interministeriais estão, como não podia deixar de ser, devidamente alinhados nesta matéria. Os pontos acordados, resumidamente, visam diversificar a economia angolana, diminuindo a dependência externa em várias áreas e potenciar a localização geoestratégica de Angola no mercado africano. Estes objectivos exigem uma mobilização geral e coordenada de diversos agentes, entre os quais a AIPEX, e estamos muito empenhados em atingi-los.

**A indústria farmacêutica era uma das principais prioridades. Pretende seguir com este plano ou tem outra prioridade em vista?**

Como já referido, a indústria farmacêutica é uma prioridade para o Executivo e como tal é também uma prioridade para a AIPEX. Mas, como sabem, é uma indústria com necessidades bastante específicas e que envolve uma estratégia integrada para garantir a sua competitividade.

Não queremos produzir em Angola um medicamento que é mais caro do que o produto importado e essas condições estão a ser trabalhadas com todos os investidores que demonstram interesse em investir nesta área. Temos pontos fortes para atrair investimento neste domínio e cabe-nos conseguir destacá-los junto de potenciais investidores.



Assista ao painel no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

# Banca angolana mais robusta espreita oportunidades de consolidação

**Sector financeiro** ■ Os bancos angolanos conseguiram fortalecer o seu balanço. Seguradoras querem ganhar peso no mercado e reforçar o papel como agentes do desenvolvimento.

Rita Atalaia  
ratalaia@medianove.com

A banca angolana tem vindo a fazer um esforço para “arrumar a casa”, fortalecendo o seu balanço para ser capaz de responder aos desafios. É uma aposta dos próprios bancos, mas também uma exigência do regulador que quer que haja uma aproximação às regras internacionais e um trabalho contínuo de robustecimento do sistema que pode passar por mais consolidação num país em que menos de 40% da população utiliza serviços bancários. Um índice baixo de literacia financeira que também afeta o sector dos seguros que representa hoje menos de 1% do produto interno bruto (PIB) de Angola.

“Quando olhamos para a banca e falamos de riscos, tipicamente segmentamos em três componentes principais. O risco de mercado com todas as variáveis tipicamente macroeconómicas que os bancos *per se* pouco ou nada podem intervir. Depois se olharmos para o outro pilar, que é a liquidez, e para o terceiro, que é o risco operacional, assistimos nos últimos anos a uma preocupação crescente dos bancos em reforçar estas dimensões”, afirmou João Rueff Tavares, diretor da EY Angola, no evento “Doing Business Angola 2024”, organizado pelo Jornal Económico e pela Forbes África Lusófona, num painel que contou também com Carlos Firme, CEO da Fortaleza Seguros.

Existe, “não só do ponto de vista interno, mas também do lado

do regulador, uma convergência para dar uma maior robustez ao sector” que é “cada vez mais criterioso nas suas escolhas”, referiu o responsável da EY, notando que há também cada vez maior pressão do regulador para haver uma “aproximação ao *framework* internacional de supervisão, o chamado SREP, que está a colocar um *stress* grande nos bancos”. Este reforço pode passar por um movimento de consolidação.

**“O desenvolvimento económico de Angola não é possível sem um sector segurador forte, que tenha peso”, defende Carlos Firme, CEO da Fortaleza Seguros**

De acordo com o responsável da EY, existem neste momento 24 licenças ativas. “Se olharmos para o mercado, e tendo em conta uma taxa de bancarização que não chegará aos 40%, podemos dizer que temos demasiados bancos para a população bancarizada. Existirão com certeza oportunidades de consolidação” em Angola.

**Seguros pesam menos de 1% no PIB de Angola**

A baixa literacia financeira também tem impacto no sector segurador que pesa neste momento menos de 1% do PIB de Angola, revelou Carlos Firme, CEO da Fortaleza Seguros, no mesmo painel sobre o financiamento e gestão de risco na economia angolana. “Creio que o grande desafio é o problema da literacia finan-

ceira. O sector segurador em Angola pesa menos de 1% do PIB. É uma sub-representação do sector segurador no PIB”, referiu o presidente-executivo da seguradora.

“Se o sector segurador é uma alavanca do desenvolvimento económico tem de ter um peso relevante no PIB”, disse Carlos Firme, sublinhando que, nos países desenvolvidos, esta percentagem ronda os 20% a 25%.

Para que isto aconteça, defendeu, é necessário que haja “capacidade de fiscalização”, para que os “seguros obrigatórios sejam mesmo obrigatórios” e que se faça um esforço “para informar as pessoas sobre a importância dos seguros”.

“É um esforço nosso enquanto atores do sector e um esforço das associações, do regulador e das entidades públicas”, afirmou o CEO da Fortaleza Seguros, frisando que “o desenvolvimento económico de Angola não é possível sem um sector segurador forte que tenha peso” na economia.

Carlos Firme disse ainda ser necessário apostar nos fundos de pensões em Angola. “As seguradoras são participantes ativos na criação de fundos de pensões” que “têm um futuro em Angola muito importante”. Num país com população muito jovem, “há muita gente potencialmente a contribuir e pouca a receber”. Por outro lado, “o Estado tem objetivos e recursos limitados. As pessoas têm de perceber que a capacidade do Estado para garantir as condições de reforma é limitada”. Também “as empresas têm de ver os fundos como um instrumento importante para reter talento”, acrescentou o responsável.

“A conjugação destes três fatores leva a que os fundos de pensões tenham capacidade para crescer em Angola”, podendo “ter um papel importante na diversificação da economia angolana”, rematou o presidente executivo da Fortaleza Seguros.

# O SEU BANCO EM PORTUGAL



## Global Living, Local Banking

Com sede em Lisboa, o ATLANTICO Europa é o Banco das Pessoas e das Empresas Globais, apostando na experiência local para as pessoas internacionais que procuram poupar, investir ou mudar-se para Portugal e em soluções personalizadas que ajudam as empresas a expandir a sua atividade comercial internacional.

No ATLANTICO Europa, o nosso know-how permite-nos oferecer uma experiência bancária única, com valores assentes na diversidade, exclusividade, transparência e relacionamento próximo, porque o nosso compromisso é consigo e com as suas necessidades.

Tanto os nossos serviços como a nossa Equipa estão disponíveis em português e inglês, para que se possa concentrar no que realmente importa e não em ser compreendido.



 **ATLANTICO EUROPA**

[www.atlantico.eu](http://www.atlantico.eu) |  Lisboa

# Aposta no turismo passa por atrair investidores com experiênica no sector

■ Governo vai ceder redes de hotéis, mas quer cativar empresários que tenham conhecimento do sector, que formem quadros angolanos e que profissionalizem os serviços. Hoti vai investir em novo hotel e Sana Hotels quer continuar a apostar na formação.

**Ricardo Santos Ferreira, Ladislau Francisco e Pedro Mbinza**  
rsferreira@medianove.com

O Governo angolano quer diversificar e aumentar a “oferta hoteleira” no país, numa clara aposta no sector, com a venda dos 39 hotéis da rede UI, IKA e BINA, no âmbito do Programa de Privatização (PROPRIV) 2023-2026.

A informação foi avançada pelo administrador-executivo do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), Augusto Kalikemala, durante a conferência “Doing Business Angola 2024”, promovida pela Forbes África Lusófona e pelo Jornal Económico e que decorreu esta terça-feira,

em Lisboa.

Intervindo no painel “Turismo e Hotelaria: desafios e oportunidades”, o responsável do IGAPE disse que o Governo já deu início a este processo com a criação de infraestruturas e acesso, com a facilitação de vistos, detalhando que os referidos hotéis estão localizados em 16 províncias.

“Mas também isso não se faz sem que se consiga atrair os players adequados para fazer a gestão das infraestruturas turísticas, os turistas também vão por referência”, acrescentou.

De acordo com o administrador-executivo do IGAPE, o Governo de Angola oferece uma oportunidade para se rentabilizarem estes ativos.

“Permite ainda, também, um investimento em ativos já cons-

truídos e numa modalidade de investimento flexível, na medida em que garante que o foco do investimento inicial seja direccionado para o próprio ativo”, acrescentou.

O Estado, lembrou Augusto Kalikemala, iniciou a primeira vaga de privatização desses hotéis por via de um processo de venda pura de ativos.

“Era um número muito grande de hotéis e não fazia sentido o Estado manter a propriedade dos hotéis. Então, numa primeira fase, procuramos vender, efetivamente”, justificou.

Kalikemala fez saber ainda que a experiência demonstrou que os grandes grupos hoteleiros e quem investe neste sector, normalmente, não está interessado no imóvel, mas sim na gestão.



**“Mudamos a modalidade, permitindo atrair investidores ou empresários que tenham domínio neste segmento e que possam promover a profissionalização dos serviços hoteleiros, a formação de quadros angolanos e o aumento dessa oferta hoteleira”, diz Augusto Kalikemala**

“Por isso, mudamos a modalidade para uma mais flexível, que é a sessão de direito de exploração e gestão por um período de 10 anos, permitindo atrair investidores ou empresários que tenham domínio neste segmento e que possam promover a profissionalização dos serviços hoteleiros, a formação de quadros angolanos e o aumento dessa oferta hoteleira, no âmbito desse grande projecto de fomento do turismo em Angola”, concluiu.

#### Hoti em Luanda

A Hoti Hotels, um player do sector, aponta para a abertura de um novo hotel em Luanda, num período de três anos, segundo o seu administrador, Ricardo Gonçalves, que também participou na “Doing Business Ango-



**Augusto Kalikemala**  
Administrador-executivo  
do IGAPE



**Ricardo Gonçalves**  
Administrador  
da Hoti Hotels



**John Antunes**  
Diretor-executivo  
do Sana Hotels



**“A estratégia passa também por usar Luanda como Hub para as demais províncias”, afirmou Ricardo Gonçalves**

10 expatriados, como avançou o seu diretor-executivo, John Antunes.

“Quando começamos tínhamos 80 estrangeiros. Hoje são só 10 estrangeiros, e temos as mesmas 400 pessoas a trabalhar”, enfatizou o gestor.

John Antunes explicou que, para chegar a estes números, o grupo apostou forte na formação. “Trazemos a Portugal para formar. Muitos pediam para ficar. Ainda pedem, mas bem menos que antes”, detalhou, tendo acrescentado que, para tal, foi necessário chegar a níveis salariais em Angola, equivalentes ao que têm em Portugal. “Agora caiu por conta da depreciação”, reparou.

Debruçando-se mais especificamente sobre o turismo e da responsabilidade do sector hoteleiro no segmento, John Antunes defendeu a necessidade de melhorar a oferta e justificou: “Apesar de termos essencialmente o turismo corporate, o turista que vem para Angola não fica mais tempo, como acaba por acontecer n’outras realidades, pelo que temos de melhorar a oferta”.

De acordo com dados avançados, mais de 60% dos turistas que visitam Angola são portugueses.



**Apesar de termos essencialmente o turismo corporate, o turista que vem para Angola não fica mais tempo, como acaba por acontecer n’outras realidades, pelo que temos de melhorar a oferta”, disse John Antunes**

la 2024”, que teve lugar no Hotel Ritz.

O novo hotel que deve surgir na zona da Baía, em Luanda, resulta da parceria com dois investidores locais e representa “a crença da Hoti Hotels no país”, já que, disse, “a hotelaria é um negócio de longo prazo”.

O gestor explicou que a estratégia passa pela entrada e fixação em Luanda primeiro, por vários motivos, entre os quais, por conta das acessibilidades, que estão centradas em Luanda.

“A estratégia passa também por usar Luanda como Hub para as demais províncias”, referiu.

Ricardo Gonçalves afirmou ter noção dos desafios específicos do país lusófono, tendo clarificado que a abertura de um negócio em Angola exige mais capi-

**As oportunidades no turismo e na hotelaria estiveram em debate no Doing Business Angola 2024**

tal próprio, por conta da dificuldade e custo do crédito, um ponto desde logo, diferente da realidade portuguesa, por exemplo.

Não obstante as dificuldades mais específicas do país, o administrador do Hoti Hotels mos-

trou confiança no avanço do projecto. “Temos a equipa certa, os parceiros certos e acreditamos que estamos a entrar no país no momento certo”, apontou o responsável.

Gonçalves aproveitou a ocasião para apoiar a decisão da retirada de vistos para o acesso ao país. “A medida de supressão de vistos vai levar o turismo em Angola a um novo momento”, perspetivou.

**Sana aposta na formação**

Outro agente deste sector, o Sana hotels, posiciona-se como um exemplo de sucesso no que a aposta na formação de quadros para o sector diz respeito. O grupo que iniciou atividade no país com 80 funcionários estrangeiros no quadro de colaboradores, conta hoje com apenas



Assista ao painel no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)

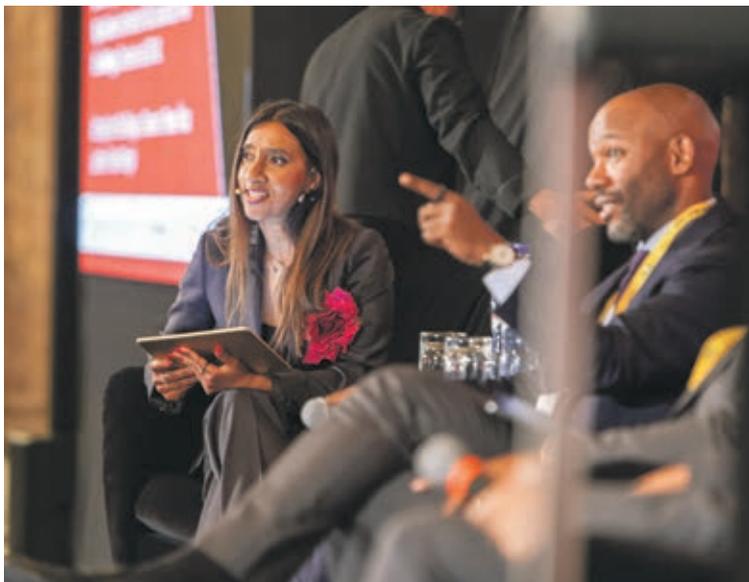
**N'Guno Tiny, fundador do grupo Media Nove, Pedro Machado, secretário de Estado do Turismo de Portugal, e Ricardo Viegas D'Abreu, ministro dos Transportes de Angola**



**Luís Telles, CEO do Standard Bank Angola**

**Eugénio Fernandes, do Aviation Office (ao centro) e António dos Santos Domingos, presidente da TAAG (à direita)**





**Nilza Rodrigues, diretora da Forbes África Lusófona e da Forbes Portugal, e Miguel Carneiro, administrador da TAAG**



**Daniel Araújo, presidente da Asseco PST**



**José Carlos Lourenço, presidente e CEO da Media Nove, Miguel Farinha, Managing Partner EY Portugal/Angola/Moçambique, e Rosália Amorim, diretora de Brand, Marketing & Communication EY Portugal**



**Rui Manguera, administrador do Banco Yetu**



**N'Guno Tiny, fundador do grupo Media Nove, Ricardo Viegas D'Abreu, ministro dos Transportes de Angola e Arlindo das Chagas Rangel, presidente da AIPEX**



**Filipe Alves, publisher do grupo Media Nove e diretor do Jornal Económico, e António Martins da Cruz, diplomata e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal**



FOTOS VICTOR MACHADO



Margarida Moura Pinto, Anchor Capital Partners, Paulo Dinis e António Sá, CEO do IBG



Raúl Bragança Neto, administrador da Media Nove, e Mário Amaral, CEO da Hemera Capital



N'FGunu Tiny, fundador da Media Nove, e Rui Mendonça, empresário

A segunda edição da Doing Business Angola reuniu 250 decisores no Hotel Ritz, em Lisboa

Daniel Santos, vice-presidente do conselho de administração do Banco Millennium Atlântico



John Antunes, diretor-executivo do Sana Hotels



O artista angolano Guilherme Mampuya ofereceu a Jaime Freitas, um dos fundadores do Grupo Cosal, um quadro em que o retrata



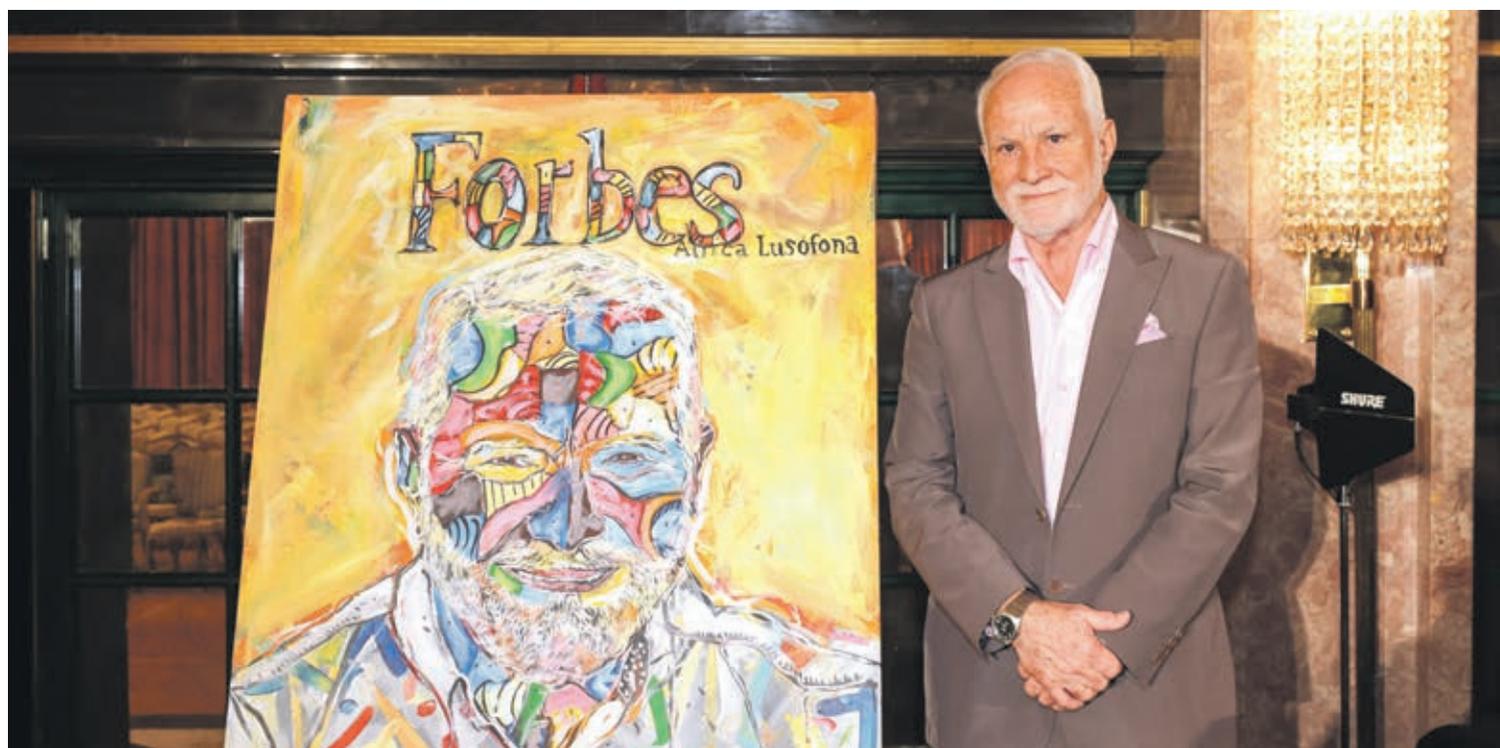
João Afonso Fialho, sócio da VdA - Vieira de Almeida



Augusto Kalikemala, administrador-executivo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado

# Jaime Freitas: “Os empresários portugueses têm investido pouco em Angola”

**Distinção** ■ Jaime Freitas, um dos fundadores do Grupo Cosal, foi a figura homenageada na edição deste ano do Doing Business Angola. No seu discurso, defendeu que os empresários portugueses poderiam investir mais em Angola.



**Helena Peralta**  
hperalta@medianove.com

Jaime Freitas, empresário angolano, um dos fundadores do Grupo Cosal, foi a figura destacada na segunda edição do evento Doing Business Angola, conferência organizada pela Forbes África Lusófona e pelo Jornal Económico, que decorreu esta semana em Lisboa. O evento trouxe à discussão o potencial económico de Angola e o seu papel fundamental como porta de entrada na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Jaime Freitas referiu, durante o seu discurso da entrega do galardão, que “os empresários portugueses estão a investir pouco em Angola, ou, aliás, estão mesmo a desinvestir de uma forma eu não considero muito oportuna”.

Explica que com o aumento de projetos em desenvolvimento, como o Corredor do Lobito ou novas barregens, precisamos, por exemplo, de cimento, e as cimenteiras portuguesas que existiam não estão a ser dinamizadas”.

Jaime Freitas refere que agora, que já está de alguma forma afastado da gestão da Cosal, está muito ligado a questões de infraestruturas turísticas, e acredita que o turismo em Angola vai desenvolver a partir do sul do país, onde já começou a investir.

Para ele, a língua e a proximidade cultural determinam que os portugueses poderão fazer muito mais em Angola, e se surgem instrumentos financeiros, de fundos europeus, ou internacionais, esta é uma forma de complementar os grandes projetos. “Porque precisamos de *know how* e de capital, porque empre-

go e gente para ser empregada temos em demasia”, refere.

Iniciou a sua intervenção agradecendo a todos os que contribuíram para esta homenagem, como todos aqueles que estiveram com ele na sua trajetória profissional, desde a Sacor Portuguesa e a Sonagol, e todos os que estiveram ao seu lado na empresa que engrandeceu ao longo de 30 anos, a Cosal. “Foi uma ventura ter investido na Cosal, com a desvalorização do kwanza, que nos obrigou a diversificar e começamos a investir em outros setores, como a indústria hoteleira e no turismo”, afirmou.

Referiu ainda que fez um investimento em Portugal, na M Coutinho, em 2015, para diversificar a atividade, mas foi um “investimento estrangeiro em Portugal, totalmente aceite pelo gover-

no angolano, através do Banco Central de Angola, e os lucros gerados aqui serão transferidos para a economia angolana”.

Refere que agora, que já está de alguma forma afastado da gestão da Cosal, está muito ligado a questões de infraestruturas turísticas, e acredita que o turismo em Angola vai desenvolver a partir do sul do país, onde já começou a investir.

O artista angolano Guilherme Mampuya ofereceu ao homenageado uma obra de arte por si pintada: um quadro com o seu retrato.

**Quem é o empresário Jaime Freitas**

Jaime Freitas nasceu no Lubango em 1950, no seio de uma família de origem portuguesa. Depressa a sua veia empreendedora deu sinais de querer despertar

e iniciou assim os seus primeiros investimentos, tornando-se num reconhecido empresário angolano. Ao entrar no capital do Grupo Cosal, em 1992, conseguiu transformar esta empresa num dos maiores conglomerados privados em Angola. Alargou, entretanto, a sua atuação a outros territórios e, além de Angola, tem ainda investimentos, diretos e indiretos, em Portugal e na Namíbia.

O *core business* do grupo centra-se sobretudo a importação e venda de veículos automóveis de diversas marcas, mas atualmente já diversificou para outras áreas de atividade. No ramo automóvel destacam-se empresas como a Cosal, que está na origem do império, a Comauto e a Lusolanda, que comercializam marcas como a Hyundai, a Mercedes Benz, a Mitsubishi e a Fuso. O grupo é ainda responsável pela distribuição e comercialização dos lubrificantes Castrol.

Já no setor do turismo é detentor de hotéis como o Hotel Samba, em Luanda, o complexo turístico Pululukwa, no Lubango, e do Roça das Mangueiras, na ilha de Mussulo. Na restauração investiu em espaços como os restaurantes Embarcad’Ouro e Mulemba, ambos situados em Luanda. Detém ainda a marca de restauração Mokoro, em Luanda e Mussulo, e a Dos Lagos no Lubango.

Em 2014, o empresário, que é pai de três filhos, entrou no capital da M Coutinho, empresa que atua no retalho automóvel em Portugal, concessionária de 16 marcas e que detém 46 pontos de venda e tem investimento em outras empresas do mesmo setor.

Jaime Freitas investiu ainda, ao longo dos anos, em diversas participações na área da banca, como foi o caso do Banco Comercial Angolano e do Banco Caixa Geral de Angola.



Assista à entrega do prémio no seu smartphone através deste QR Code ou em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)